



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011174-18.2015.8.26.0566/01**
 Classe – Assunto: **Cumprimento de Sentença - Interpretação / Revisão de Contrato**
 Exequente: **João Alex Barros Silva**
 Executado: **BV Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

A divergência posta pela ré em face do cálculo de fls. 3 diz respeito à incidência da correção monetária sobre o valor devido.

É o que se extrai da manifestação de fl. 7/10, sustentando a ré que a corrigenda deveria operar-se a partir de sua citação.

Isso porque a v. acórdão de fls. 79/87 (autos principais) determinou em sua parte dispositiva que os juros moratórios incidissem a partir da citação, não se referindo esse termo à correção monetária.

Esta, como mera recomposição do valor da moeda, que nada lhe acresce, haverá de ser computada a partir dos pagamentos das verbas que compuseram o valor do débito, até porque do contrário se consagraria o inconcebível enriquecimento sem causa da ré em detrimento do autor.

Assim, rejeito a impugnação de fls. 7/109 e acolho o cálculo de fls. 3, tomando-o como parâmetro para a sequência do feito.

À vista do pagamento efetuado pela ré, **Julgo extinto** o feito com fundamento no art. 794, I, do C.P.C.

Com trânsito em julgado, expeça-se o mandado de levantamento em favor do autor, no valor de R\$845,61, e o remanescente do depósito de fls. 15 se reverterá à ré, também com a expedição do respectivo mandado de levantamento.

Oportunamente, anote-se o necessário e providencie-se a baixa definitiva e arquivamento dos autos digitais.

Int.

São Carlos, 28 de julho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**